

10 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

Justiça para as massas

SÃO PAULO- O mundo não é perfeito. Injustiças, naturais e provocadas, ocorrem o tempo todo, colocando pessoas em conflito umas com as outras. São situações com as quais temos de lidar e, em sociedades de massa, o melhor modo de fazê-lo é criando sistemas judiciários, em que a disputa é arbitrada por um juiz neutro com legitimidade para impor uma solução às partes.

Faço essas considerações acerca da reforma do Código de Processo Civil, mais especificamente do efeito suspensivo das apelações. Hoje, basta entrar com esse recurso para que a decisão do juiz de primeira instância seja suspensa até que uma corte mais alta a confirme ou modifique.

Inspirado na necessidade de dar rapidez aos processos, o projeto do novo CPC, em análise no Congresso, trazia em seu texto um dispositivo que acabava com isso, mas a Câmara preferiu eliminar o artigo proposto e ficar com o efeito suspensivo. Parece-me um erro grave.

Não é que não existam razões para temer o estrago que uma sentença imprópria possa causar. Ele pode ser enorme, o que de fato recomendaria cautela. O problema é que a decisão absurda surge como uma possibilidade, enquanto a ineficácia e a morosidade do Judiciário têm peso de realidade que a todos afeta. Pior, afeta de modo especialmente perverso, beneficiando os maus pagadores (lista encabeçada pelo poder público).

Se queremos um Judiciário capaz de atender às necessidades de 200 milhões de habitantes, não há alternativa que não reforçar o papel da primeira instância. Suas decisões precisam ter eficácia, e o recurso, em vez de ser parte integrante do processo, como ocorre hoje, deve tornar-se uma ferramenta a ser utilizada apenas por quem ficou realmente inconformado com o resultado e tem bons motivos para pleitear uma revisão.

Simplesmente não faz sentido, lógico nem logístico, contratar um exército de juízes de primeira instância e ignorar suas decisões.

HÉLIO SCHWARTSMAN
É preciso reforçar
a 1ª instância por
um Judiciário eficaz

A ineficácia e a morosidade do Judiciário a todos afeta. Se queremos uma Justiça capaz de atender a 200 milhões, não há alternativa que não reforçar o papel da primeira instância.

10 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

Barbosa tem recepção calorosa durante visita ao TJ-SP

Cinco dias após o desembargador José Renato Nalini ser eleito para presidir o Tribunal de Justiça de São Paulo pelos próximos dois anos, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, fez ontem sua primeira visita à corte paulista.

Por 15 minutos, Barbosa falou sobre a importância da implementação do processo judicial eletrônico. O ministro disse esperar que, em menos de dez anos, todos os tribunais estejam integrados por meio da digitalização.

Barbosa disse que é “indispensável que as cortes se comuniquem em linguagem comum”. “A melhoria dos serviços judiciários no século 21 passa necessariamente pelo uso inteligente e racional da tecnologia da informação.”

Barbosa afirmou que entre os objetivos da visita estão conhecer o TJ-SP e estreitar os laços da corte paulista com o CNJ (Conselho Nacional de Justiça), órgão que também preside. “O CNJ se dispõe a estabelecer essa colaboração próxima com o Tribunal de Justiça de São Paulo.”

O presidente do TJ-SP, Ivan Sartori, não participou da cerimônia. Ele estava em evento no interior do Estado.

Barbosa foi recebido sob aplausos de desembargadores e servidores do TJ. “Esses aplausos que o senhor recebeu são um reflexo da admiração de um dos brasileiros mais admirados de todo o mundo”, disse Nalini.

O ministro destacou a dimensão do Judiciário paulista, ao mencionar que, em 2012, 26% das sentenças terminativas em todo o Brasil vieram da Justiça de São Paulo. Depois da sessão, centenas de servidores do tribunal fizeram filas para tirar fotos com o ministro.

Após a cerimônia, Barbosa se negou a responder perguntas da imprensa relativas ao julgamento do mensalão. Do lado de fora, foi cercado por populares. (DAVID LUCENA)

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

1 0 DEZ 2013

PORTA FECHADA

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) julga hoje se Champinha (Roberto Alves da Silva) pode ganhar a liberdade. Há dez anos, ele entrou para a crônica policial ao participar do assassinato de Felipe Caffé e Liana Friedenbach, que antes de morrer foi torturada e violentada pelos criminosos.

DATA MARCADA

Champinha tinha 16 anos quando participou do assassinato. De acordo com a lei, por ser menor, ficaria internado na Fundação Casa, em SP, até 2006, quando chegasse aos 19 anos. Naquele ano, um laudo do IML (Instituto Médico-Legal) afirmou que ele sofria de transtorno de personalidade. Champinha foi transferido então para uma Unidade Experimental de Saúde e está lá até hoje.

LINHA CRUZADA

Primeiro negro a presidir o STF (Supremo Tribunal Federal), Joaquim Barbosa esperou até o último minuto por um convite de Dilma Rousseff para integrar a comitiva oficial que desembarca hoje na África do Sul para o enterro de Nelson Mandela. Mas o telefone não tocou.

PRIMEIRA CLASSE

Dilma embarcou ontem com Lula e os outros três ex-presidentes brasileiros ainda vivos: José Sarney, Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. Levou no avião presidencial também as ministras Helena Chagas (Comunicação) e Luiza Bairros (Promoção da Igualdade Racial) e o assessor especial Marco Aurélio Garcia.

HISTÓRIA

Joaquim Barbosa esteve com Mandela em 2000, em Durban, quando participou da pré-Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Conexa.

1 0 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

STF retoma amanhã julgamento de causa bilionária da Varig

Processo de indenização contra perdas com congelamento de tarifas já dura 20 anos

O STF (Supremo Tribunal Federal) deve julgar amanhã o último recurso da União contra a ação de defasagem tarifária movida pela Varig há 20 anos, devido a perdas provocadas pelo congelamento de preços nos anos 1980. O valor da ação é estimado em R\$ 4 bilhões a R\$ 7 bilhões.

A Varig venceu a ação em segunda instância antes de entrar em recuperação judicial, em 2006. O recurso da União está em tramitação no Supremo desde 2007.

Uma eventual vitória no STF —que beneficiaria os 10 mil trabalhadores da ativa quando a Varig entrou em recuperação judicial e outros 10 mil aposentados e pensionistas do Instituto Aerus— é esperada, pois há precedentes.

A Transbrasil venceu ação similar no STF em 1997, no valor de R\$ 725 milhões, e fez um acordo com a União.

Em maio, a ministra Cármen Lúcia, relatora do processo, deu voto favorável à Varig. Mas o presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, pediu vistas. Amanhã, o julgamento será retomado com o voto de Barbosa.

Se todos os ministros votarem, o julgamento será encerrado. No entanto, se houver novo pedido de vistas, o processo será suspenso.

Mas nem uma vitória no STF resolveria já o drama dos aposentados do Aerus (que estão recebendo muito menos do que deveriam), já que levaria tempo para o governo começar a pagar a indenização.

Em uma movimentação paralela, trabalhadores da velha Varig e pensionistas estão fazendo uma nova tentativa de acordo com a União.

O grupo se reuniu ontem com o ministro Luís Adams, da AGU (Advocacia-Geral da União). Segundo Graziella Baggio, ex-presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas e assessora dos trabalhadores na negociação, Adams prometeu apresentar uma proposta de acordo para a presidente Dilma nesta semana.

“O governo já foi condenado a honrar a folha de pagamento do Aerus e estamos negociando isso. Os recursos do fundo estão acabando”, diz Baggio. (MARIANA BARBOSA)

1 0 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO Justiça ouve testemunhas de sequestro na ditadura

Coronel Ustra e dois delegados do Dops são acusados de raptar colega do cabo Anselmo

A Justiça Federal em São Paulo deu início ontem à audiência do desaparecimento de Edgar de Aquino Duarte, ocorrido em 1973.

O Ministério Público Federal acusa o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra e os delegados Alcides Singillo e Carlos Alberto Augusto como responsáveis pelo sequestro.

É a primeira vez que agentes da repressão sentam no banco dos réus e são confrontados com testemunhas de crime cometido na ditadura.

Neste primeiro dia de audiência, as três testemunhas ouvidas identificaram o coronel Ustra —que não compareceu à sessão por problemas de saúde— como responsável por torturas que ocorreram no Doi-Codi, onde Duarte teria ficado preso antes de ser levado ao Dops.

Os outros dois réus não foram identificados pelas primeiras testemunhas. Mas a expectativa da Procuradoria é que as próximas pessoas a serem ouvidas confirmem a passagem de Duarte pelo Dops e, conseqüentemente, o envolvimento de Singillo e Augusto —que eram lotados no órgão durante a ditadura.

Duarte era companheiro de apartamento do cabo Anselmo. A tese defendida pelo MPF é que ele sabia demais e, caso fosse solto, falaria que Anselmo estava operando como agente do regime militar.

Augusto admitiu ter prendido o cabo Anselmo, mas negou qualquer envolvimento com o sumiço de Duarte. Singillo também diz ser inocente. (DAVID LUCENA)

Ex-vereador de Curitiba estava em briga

VIOLÊNCIA Juliano Borghetti, hoje superintendente no governo do Paraná, se envolveu em confusão em Joinville

ESTELITA HASS CARAZZAI
DE CURITIBA

O ex-vereador de Curitiba e atual superintendente no governo do Paraná, Juliano Borghetti (PP), estava entre os torcedores do Atlético-PR que entraram em confronto com a torcida do Vasco, anteontem, em Joinville (SC).

Borghetti, 42, foi fotografado e filmado entre os integrantes do grupo que partiu para cima dos vascaínos. Ele vestia uma camiseta da torcida organizada Os Fanáticos.

Em nota, disse que não agrediu nem foi agredido, mas que se arrependeu e pediu desculpas pelo ocorrido.

“Foi uma atitude da qual me arrependo e, por isso, venho a público pedir desculpas. Reforço, porém, que não agredi ninguém nem tampouco sofri qualquer agressão física na situação”, declarou.

Nas imagens veiculadas

pela televisão, não é possível ver se o ex-vereador bateu em alguém durante a confusão.

Ainda na nota, ele diz que foi “surpreendido” com a briga, que foi próxima ao local em que estava, e que nunca esteve envolvido antes em episódios de violência.

Borghetti tem vínculos com famílias importantes na política paranaense: ele foi casado com a deputada do Parlamento Italiano Renata Bueno —que é ítalo-brasileira e filha do deputado federal Rubens Bueno (PPS-PR).

O ex-vereador também é irmão da deputada federal Cida Borghetti (Pros-PR), presidente do partido no Paraná, que, por sua vez, é casada com o secretário estadual da Indústria e Comércio, Ricardo Barros (PP).

Barros é um dos principais aliados do governador Beto Richa (PSDB), de quem Borghetti foi comissionado em

2004 quando o tucano era prefeito de Curitiba.

LEI DO CADASTRO

Vereador entre 2009 e 2012, Borghetti foi um dos autores da lei municipal que obriga os torcedores de futebol a se cadastrarem ao comprar ingressos para os jogos em Curitiba —uma medida justamente para tentar inibir a violência nos estádios. São informados nome, endereço e uma foto de identificação.

Borghetti tentou a reeleição no ano passado, mas não conseguiu os votos necessários para se manter no cargo.

Em julho deste ano, o político assumiu o posto de superintendente da Ecoparaná, órgão ligado à Secretaria Estadual do Turismo que gerencia unidades de conservação do Estado.

Procurado, o governo do Paraná não se manifestou sobre o ocorrido.



O ex-vereador de Curitiba Juliano Borghetti (PP) durante briga com vascaínos anteontem

10 DEZ 2013

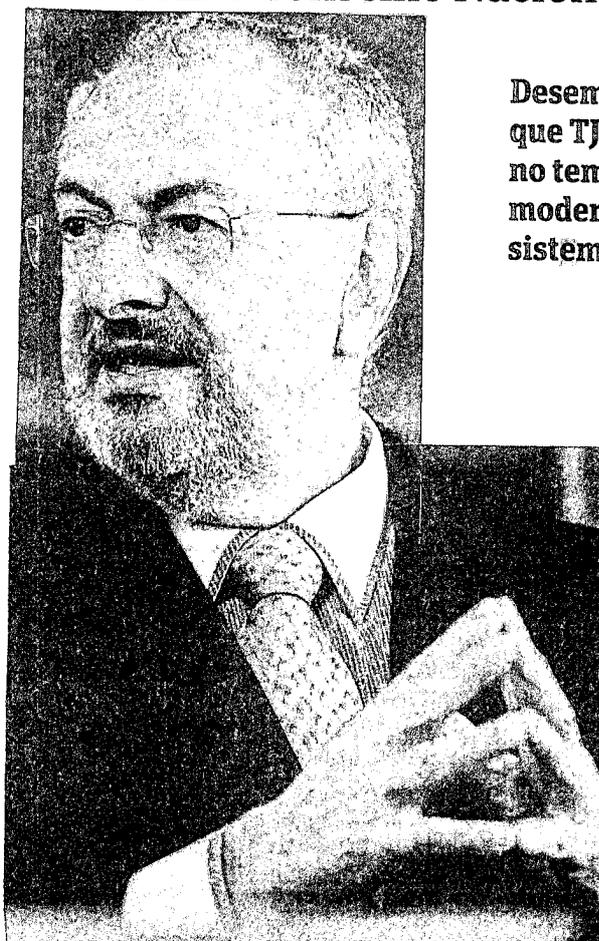
FOLHA DE S. PAULO

09 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

SP sempre resistiu ao CNJ, diz presidente do tribunal paulista

Recém-eleito para o posto, José Renato Nalini defende 'parceria do bem' com o Conselho Nacional de Justiça



Desembargador diz que TJ-SP está 'parado no tempo' e defende modernização e uso de sistema de 'home office'

O desembargador José Renato Nalini, eleito presidente do Tribunal de Justiça de SP

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO 09 DEZ 2013

CONTINUAÇÃO

FREDERICO VASCONCELOS
DE SÃO PAULO

O desembargador José Renato Nalini, 67, eleito presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, pretende modernizar os métodos de gestão do maior tribunal do país.

O atual corregedor-geral da Justiça quer criar no TJ-SP uma escola para servidores, que forme gestores, analistas e estrategistas.

Ele propõe estabelecer parcerias com instituições de pesquisa para “trazer cérebros de outros setores para se debruçarem sobre a Justiça”. Para tal, pretende conseguir financiamento de entidades como o Banco Mundial.

Nalini diz que dará continuidade à abertura promovida por Ivan Sartori, que, segundo ele, trouxe “ideias revolucionárias” ao tribunal.

Propostas de gestão

Gostaria de criar uma escola do servidor. Não só com palestras, mas com cursos, até com MBA, para formar gestores, analistas de sistemas, especialistas em software. Estamos parados no tempo.

“Home office”

Perguntei aos presidentes de sessão o que acham de estabelecer um horário flexível, permitindo o “home office” (trabalho em casa). Temos um trânsito terrível, cada vez pior. Congestionamos os elevadores. Às 18h, sai aquela legião. Trabalhamos num fordismo, como se tivéssemos uma bola de ferro amarrada nos pés.

São Paulo x CNJ

São Paulo sempre resistiu ao Conselho Nacional de Justiça. Eu sempre o defendi. Quando assumi a corregedoria, Eliana Calmon (ex-CNJ, hoje no Supremo Tribunal de Justiça) veio me visitar. “Vamos estabelecer a parceria do bem”, propôs. A partir daí, parou o problema com São Paulo.

Problemas de gestão

Uma Justiça que tem 2.400

magistrados, 50 mil servidores, 307 comarcas é complexa. Aparelhar de modo ideal todas as unidades não seria possível. O orçamento é insuficiente, quase 90% para pessoal. Espero financiamentos de órgãos como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Convênios

Vou trazer cérebros de outros setores para se debruçarem sobre a Justiça. Na Corregedoria fiz convênios com o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e a Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas).

Julgamentos temáticos

Mesmo antes de assumir a Corregedoria, defendi os julgamentos temáticos: pegar grandes blocos de assuntos e resolver por atacado. Se tribunais superiores estão fazendo isso, por que não fazemos?

Reeleição no TJ

Não assinei a proposta de reeleição. Mas nunca me recusei a dizer que não era a favor. O mandato de dois anos é curto, mas o tribunal é maior do que projetos personalistas.

Pontos positivos de Sartori

Quase tudo foi positivo. Ele veio com ideias novas, revolucionárias, tentou fazer um Judiciário paralelo ao Executivo, com secretarias e atribuições definidas. Também conseguiu a utilização do fundo de aperfeiçoamento do Judiciário para saldar débitos dos funcionários. Isso motivou o funcionalismo.

Pontos negativos

Talvez tenham sido as divergências com os advogados. É uma questão de estilo, de ser escrupuloso na defesa das prerrogativas da magistratura em relação ao Ministério Público e à advocacia. Mas havia abusos de todos os lados. A Justiça é para servir toda a população. Não é do juiz, do advogado.

Ministro Joaquim Barbosa
Tenho identificação com o ministro em alguns pontos. Fiz inclusive sugestões para ele. Ele também critica o excesso de processos. Eu tentei em São Paulo introduzir a ideia de que as petições e os acórdãos não deveriam ter mais de cinco páginas. Mas não houve receptividade.

Mensalão

Sobre esse tema, não falo. A Lei Orgânica da Magistratura Nacional não permite.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Nota contra a
imprensa no site
do TJ é retirada

09 DEZ 2013

A conselheira Ana Maria Brito, do Conselho Nacional de Justiça, determinou ao Tribunal de Justiça de São Paulo a imediata retirada da nota publicada no site do tribunal: "Sartori acredita no sucesso de Nalini e repudia a imprensa mendaz".

A decisão liminar foi tomada na última sexta-feira, atendendo pedido do site especializado "Migalhas". O tribunal retirou a notícia.

Na nota, o presidente Ivan Sartori critica reportagem da **Folha** sobre a eleição do desembargador José Renato Nalini. O presidente do TJ-SP afirmou que o jornal "asseverou, falsamente, que ele teria usado a máquina contra Nalini". "Sempre me mantive absolutamente neutro", afirmou na nota.

O jornal publicou que Nalini "derrotou dois adversários: Paulo Dimas [Mascaretti], que tem boa imagem na magistratura, e o presidente Ivan Sartori, que tinha a máquina do tribunal".

Na nota, Sartori também lamentou "os ataques insistentes e covardes" que vem sofrendo do "Migalhas".

O site diz que a atual gestão tem se envolvido em fatos polêmicos questionados pelo CNJ. Argumentou que a divulgação desses fatos tem sido interpretada erroneamente como perseguição.

A conselheira do CNJ determinou a retirada, até o julgamento final, com base no "resguardo dos princípios da impessoalidade e interesse público que orientam a administração pública".

10 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

» AUMENTO

Donos de imóveis mais caros vão arcar com reajuste de taxa do TJ

Valor cobrado nos cartórios para reequipar o Judiciário vai atingir imóveis negociados no valor entre R\$ 409 mil e R\$ 911 mil

Euclides Lucas Garcia

Após idas e vindas, a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) entraram em consenso a respeito do polêmico projeto que previa um aumento de 50% na taxa do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário (Funrejus) cobrada nos cartórios — de 0,2% para 0,3%. Pelo acordo, a alíquota continuará a mesma. No entanto, o teto máximo da cobrança subirá dos atuais R\$ 817,80 para R\$ 1.822,88. A medida vai atingir imóveis negociados hoje entre R\$ 409 mil e R\$ 911 mil.

Pelo projeto original, enviado à Assembleia no final do ano passado, ao comprar um imóvel no valor de R\$ 100 mil, por exemplo, o contribuinte passaria a pagar R\$ 300 — em vez dos R\$ 200 cobrados hoje. O aumento, porém, foi considerado abusivo por deputados e representantes de diversas entidades, e a proposta ficou engavetada

por quase um ano. Há cerca de 20 dias, Assembleia e TJ reabriram a negociação em torno do assunto para levá-lo a votação.

Ontem, o tribunal encaminhava uma emenda ao Legislativo alterando o projeto. Além de não mexer na alíquota, o novo texto aumenta o valor máximo que pode ser cobrado pelos cartórios para o Funrejus. Atualmente, o limite é de R\$ 817,80, que equivale a 0,2% de um imóvel de R\$ 409 mil. Hoje, qualquer negociação acima dessa quantia paga os mesmos R\$ 817,80. Com a mudança, o teto passará para R\$ 1.822,88 — o valor já foi calculado com base no reajuste de 11,45% nas custas cartoriais, previsto em outro projeto em tramitação. Isso corresponde a 0,2% de um imóvel negociado por R\$ 911 mil.

Segundo o TJ, os novos valores terão “baixo impacto social” por afetar somente 6% da compra e venda de imóveis. “Apenas os atos de maior valor estarão sujeitos à adequação do teto ora proposto, permanecendo sem qualquer reajuste aqueles atos praticados pelas classes de menor poder aquisitivo da sociedade paranaense”, justifica o tribunal. Aos deputados, o presidente da corte, desembargador Guilherme Luiz Gomes, informou que a arrecadação

do Funrejus vai crescer em torno de R\$ 10 milhões.

Destinação dos recursos

Os recursos da taxa do Funrejus não permanecem com os cartórios, que, no papel de “intermediários”, repassam os valores ao TJ. Em alguns serviços, a taxa é cobrada pelos cartórios e depois repassada ao tribunal; em outros o contribuinte retira a guia e paga diretamente no banco.

Criado em 1998, o fundo custeia despesas do Judiciário como a compra de equipamentos e a construção ou reforma de edifícios. E é justamente essa a justificativa do TJ para defender o aumento dos valores. “Para 2014, foram consignados R\$ 93 milhões para investimentos em obras. Mesmo assim, muitas comarcas não foram contempladas nesse projeto de aplicação de recursos, consignando-se valor meramente simbólico para futuras edificações”, argumenta o tribunal.

De acordo com o presidente da Assembleia, deputado Valdir Rossoni (PSDB), os dois projetos — do Funrejus e do reajuste no valor de referência de custas de cartórios — serão votados ainda neste ano.

Colaborou Katna Baran.

CONTINUA

1 0 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

REPERCUSSÃO

OAB aprova mudanças; dirigentes imobiliários são contrários

O presidente da seccional paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), Julianô Breda, ressaltou que a instituição se posicionou contrária ao reajuste de 0,2% para 0,3% do Funrejus e disse ter ficado satisfeito com a disposição do TJ em modificar o projeto. "É uma forma de ajustar a tabela, que está um pouco defasada, e o impacto será muito menor do que o reajuste [da alíquota]", avaliou. Já a Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi-PR) informou, em nota, que é contrária a qualquer medida de reajuste do Funrejus. "Esse aumento está na contramão da política adotada pelos principais agentes públicos e financeiros do país, que visa a facilitar o acesso à habitação. Se aprovada, a medida pode gerar sérios entraves para a aquisição da casa própria no estado, onerando o consumidor", diz o texto. A Ademi defendeu ainda que o TJ abra a "caixa preta" da arrecadação dos cartórios, cujo "valor fixado para os emolumentos deverá corresponder ao efetivo custo e à adequada e suficiente remuneração dos serviços prestados", conforme prevê a legislação. (ELG)



Sede do TJ: o Funrejus, que será reajustado, custeia despesas do Judiciário, incluindo a construção ou reforma de edifícios.

Depósitos judiciais serão repassados ao governo Richa

Chico Marés

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) deve iniciar o repasse dos depósitos judiciais tributários ao governo do estado até o dia 18 de dezembro. Uma nova decisão do Órgão Especial do TJ, tomada na sessão de ontem, determinou a criação de um fundo de reserva em até 120 dias, por parte do governo, e previu ajustes operacionais entre os bancos que participam da operação.

O tribunal já havia decidido repassar esse dinheiro ao governo em outubro, seguindo decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). De acordo com o presidente do TJ, Guilherme Luiz Gomes, era necessária a criação de um fundo para que, caso o estado perdesse causas, pudesse honrar seus compromissos. Pela decisão do TJ, esse fundo deve ser criado em até 120 dias, mas os repasses já poderão ser feitos até o dia 18 — último dia útil no tribunal antes do recesso.

Além disso, a decisão prevê ajustes operacionais entre os dois bancos que participariam da operação — a Caixa Econômica Federal, responsável pelos depósitos,

e o Banco do Brasil, responsável pelo caixa único do estado. Gomes afirma que essa foi uma das pendências que impediram que o repasse fosse feito até agora.

O valor do repasse era estimado em R\$ 500 milhões, mas, pelas previsões atuais do TJ, não deve chegar a tanto. Segundo o presidente do TJ, um levantamento preciso do valor está sendo realizado pelos funcionários do órgão.

Como funciona

Os depósitos judiciais de natureza tributária são administrados pela Justiça. Se o estado move uma ação contra uma empresa relativa ao pagamento de impostos, ou vice-versa, esses recursos fi-

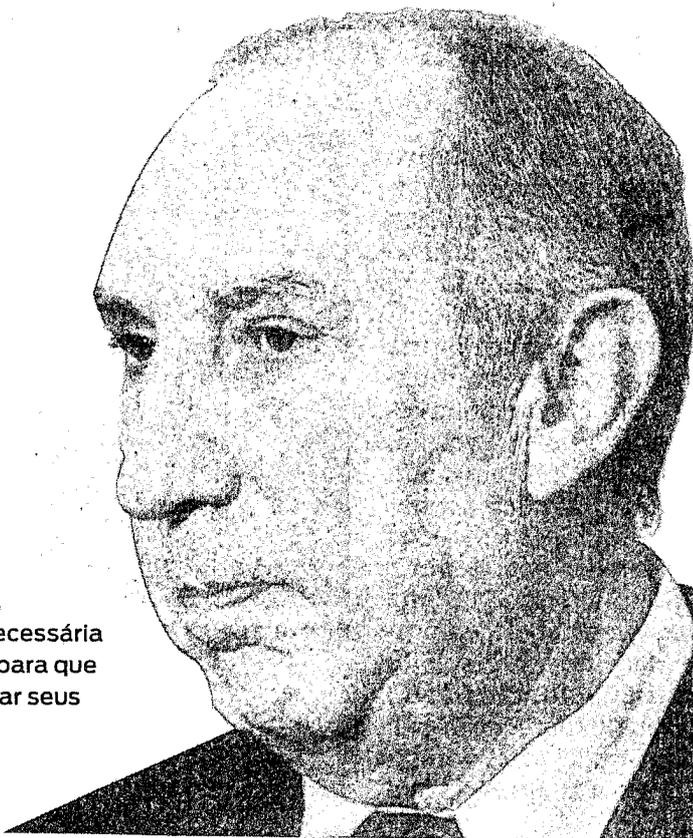
cam retidos em uma conta bancária até que haja uma decisão. Uma lei federal de 2006 permite que o estado use até 70% desses recursos, desde que constitua um fundo de reserva, previsto para que o governo tenha recursos disponíveis caso perca uma determinada causa.

No primeiro semestre, o governo requisitou ao TJ o repasse desses recursos, mas teve seu pedido rejeitado pelo Órgão Especial. Essa decisão foi cassada pelo CNJ e, em 28 de outubro, o tribunal decidiu autorizar esses repasses.

Depósitos não tributários

O governo do estado tentou também obter 30% dos depósitos judiciais não tributários — que, ao contrário dos tributários, se referem a litígios entre terceiros. Nesse caso, o CNJ barrou o repasse, após ação movida pela seccional paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR). Nesse caso, estimava-se que o governo receberia R\$ 1,8 bilhão.

Guilherme Luiz Gomes, presidente do TJ: era necessária a criação de um fundo para que o estado pudesse honrar seus compromissos.



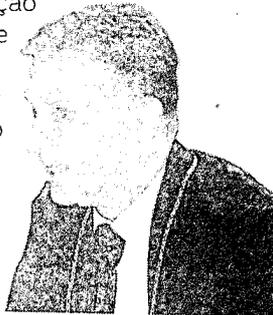
1 0 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

Notas
Políticas

Novo relator

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) definiu ontem o novo relator do mandado de segurança impetrado pelo conselheiro afastado do Tribunal de Contas do Paraná (TC) **Fabio Camargo (foto)**. A ação foi movida pelo conselheiro na intenção de retomar seu cargo no tribunal: Com a redistribuição, o processo passa para a responsabilidade do desembargador Ruy Cunha Sobrinho. O relator inicial do processo, desembargador Antônio Loyola Vieira, declarou-se suspeito para julgar o caso. "Averbo minha suspeição para atuar nesse mandado de segurança por motivo de foro íntimo", disse, o desembargador, ao devolver o processo para a seção de redistribuição do TJ.



ALTO

A liminar que afastou Camargo, em 27 de novembro, foi concedida pela desembargadora Regina Afonso Portes, em mandado de segurança impetrado pelo empresário Max Schrappe. Ele havia sido um dos candidatos que disputou a vaga com Camargo na eleição promovida pela Assembleia em julho, após a aposentadoria do ex-conselheiro Hermas Brandão. A desembargadora entendeu que Camargo não apresentou a documentação necessária e não teve o número mínimo de votos para ser eleito em primeiro turno.

10 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

O número

230 MIL

foi o número de audiências realizadas na VIII Semana Nacional da Conciliação em todo o país, que resultaram em cerca de R\$ 640 milhões em valores homologados. O número de magistrados que participou da campanha foi de 4,9 mil – quantidade bem superior aos 2,7 mil de 2012. Para os organizadores, o aumento mostra a confiança na conciliação. A Semana foi criada pelo Conselho Nacional de Justiça em 2007.

1 0 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

Eleito

Candidato único, o juiz Frederico Mendes Junior foi eleito para a presidência da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar). Ele assumirá o cargo no dia 31 de janeiro de 2014:

Pelos direitos

A Declaração Universal dos Direitos Humanos completa 65 anos hoje. Para celebrar a data, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e a Comissão de Estabelecimentos Prisionais da OAB Paraná promoverem em Curitiba um debate sobre o tema, enfocando nas conquistas e desafios das nações. A programação vai das 9 às 12 horas, e das 17 às 21 horas, no auditório da OAB Paraná (Rua Brasilino Moura, 253 – Ahú). As inscrições podem ser feitas pelo site www.oabpr.org.br/eventos ou diretamente no evento.

1 0 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

» MINISTÉRIO PÚBLICO

Conselho analisa licença de Vasques

O Conselho Superior do Ministério Público do Paraná (CSMP) pode votar hoje, de manhã, em Curitiba, a renovação da licença do procurador de Justiça Cid Vasques para que ele possa continuar no posto de secretário de estado da Segurança Pública. O tema está na pauta do CSMP, que vai avaliar um pedido de revogação da licença feito pelo promotor Leonir Batisti, coordenador estadual do Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado (Gaeco), braço do Ministério Público (MP). A solicitação foi feita após Vasques determinar o rodízio de policiais civis e militares que prestam serviço ao Gaeco, proposta que desagradou Batisti.

Um pedido de revogação da licença de Vasques chegou a ser impetrado no Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, que determinou que o assunto permanecesse apenas no âmbito administrativo do CSMP, do qual fazia parte Batisti. Na época, o órgão administrativo e deliberativo do MP era formado por outros integrantes.

Próximo de um julgamento no CSMP, Vasques conseguiu uma liminar no TJ que suspendeu a decisão anterior até que o mérito da questão fosse apreciado no órgão especial do tribunal. Com o tempo e prazo, houve nova eleição para integrantes do CSMP. (DR)

GAZETA DO POVO

Entidades apresentam PEC da Transparência

Uma comissão formada por representantes de diversos órgãos públicos de controle e entidades da sociedade civil entregou ontem ao presidente da Assembleia, Valdir Rossoni (PSDB), uma proposta de emenda à Constituição Estadual (PEC) que dá mais transparência à gestão pública no Paraná. De acordo com a PEC, todos os poderes do estado e o Ministério Público (MP) deverão instituir uma Secretaria da Transparência cada um. O órgão irá analisar todos os gastos efetuados. Pela proposta, também será incluída na Constituição a obrigatoriedade de dar publicidade a todos os atos que impliquem despesas — a exigência já existe hoje, mas apenas por meio de lei.

O titular das secretarias de cada poder será indica-

do por um conselho formado por um representante do Executivo, um deputado, um juiz de 1.ª instância, um promotor de Justiça, um integrante do Observatório Social do Brasil, pelos reitores das universidades estaduais e por um advogado indicado pela OAB, que será o presidente do grupo.

O cargo de secretário da Transparência deverá ser ocupado por pessoas com curso superior em Direito, Economia, Contabilidade ou Administração. Eles não poderão ter condenações criminais nem qualquer vínculo de parentesco com os chefes de cada poder. O mandato será de quatro anos.

“Queremos dar a maior transparência possível aos poderes públicos do estado e, por isso, buscamos o apoio da Assembleia para a elaboração de leis que deem suporte para um melhor controle social”, justificou o presidente do Observatório Social do Brasil, Ater Cristófoli. Para entrar em tramitação, a PEC precisa ser protocolada por algum deputado. (ELG)

Evento discute formas de combater a corrupção

Taiana Bubniak

A regional paranaense da Controladoria Geral da União (CGU) reuniu ontem debatedores de várias entidades para discutir sigilo bancário, fiscal, legislação e ferramentas de combate à corrupção, como a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Acesso à Informação. O evento marcou o Dia Internacional de

Combate à Corrupção.

O chefe da CGU no Paraná, Moacir Rodrigues de Oliveira, disse que o cidadão tem de participar. “O cidadão tem que entender que é dono da informação [pública] e que ele precisa cobrar a aplicação das leis e do dinheiro público”, disse.

Já o procurador-chefe substituto da Procuradoria da União no Paraná, Vitor Pierantoni Campos, criticou a amplitude do sigilo bancário e fiscal — que, embora seja um direito, atrapalha investigações sobre transação de valores. “Muitas vezes uma investigação cai por terra lá no final, quando se alega quebra do sigilo”, disse.

1 0 DEZ 2013

NÃO É COMIGO

Rossoni desconversa sobre sumiço dos gastos de deputados do site da Alep

O presidente da Assembleia, Valdir Rossoni, se esquivou ontem ao ser questionado da decisão do Legislativo de retirar da internet os gastos dos deputados com a verba de ressarcimento. Desde outubro, a Casa disponibiliza em seu site apenas os dados do último mês. Já as informações da atual legislatura, de fevereiro de 2011 a setembro de 2013, foram retiradas do Portal da Transparência. De forma monossilábica, Rossoni afirmou que iria tratar do assunto com a diretoria de comunicação da Assembleia, que tomou a decisão. Estipulada em R\$ 31,4 mil mensais por deputado, a verba indenizatória é usada para custear o mandato dos parlamentares. Ao fim de cada mês, os deputados levam as notas fiscais que comprovariam esses gastos e são ressarcidos pela Assembleia. Com a divulgação das despesas na internet, foi possível comprovar, por exemplo, que desde 2011 quatro deputados foram ressarcidos em R\$ 491 mil com aluguel de veículos de uma empresa que financiou suas campanhas. Agora, para saber quanto um determinado deputado gastou em qualquer mês que não o último, é necessário formular um pedido de informação e aguardar por um prazo de pelo menos 20 dias para obter resposta. (ELG)

10 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

Justiça gaúcha proíbe a venda de andadores para bebês

A Justiça do Rio Grande do Sul proibiu a venda de andadores para crianças em todo o Brasil. Desde o começo deste ano, a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) faz campanha contra o uso desse tipo de equipamento. A entidade diz que há pelo menos um caso de traumatismo para cada duas a três crianças que usam o andador e que, em um terço dessas ocorrências, surgem lesões graves. A decisão abrange nove marcas, citadas como réis no processo, ajuizado em Passo Fundo (RS) pela Associação Carazinhense de Defesa do Cidadão. A juíza Lizandra Cericato Villarroel, que concedeu a liminar, fixou multa de R\$ 5 mil por dia de descumprimento da medida.

Jornalistas lançam livro com relatos de presidiários

Os autores Daiane Andrade e Jessé Henrique lançam hoje às 19 horas, na Livraria Saraiva do Shopping Crystal (R. Comendador Araújo, 731 – Batel) o livro *A Trajetória dos Condenados – Rememórias* (Editora Íthala). A obra é resultado de um trabalho de conclusão de curso de graduação de jornalismo e reúne as histórias de vida de quatro internos da Penitenciária Central do Estado e da Colônia Penal Agroindustrial – tudo sob suas óticas particulares. Entre os detalhes revelados pelo livro estão as motivações que levaram cada um ao mundo do crime, os meandros de uma fuga e até conquistas amorosas. Daine é repórter da BandNews.

Investigação

Luz vermelha

O Ministério Público Estadual confirma que está apurando supostas irregularidades no Hospital da Cruz Vermelha do Paraná; um dos mais modernos do país. O procedimento administrativo foi aberto pela Promotoria de Justiça de Fundações e Terceiro Setor após denúncias. A investigação está em fase preliminar e os indícios já levantados ainda dependem de confirmações documentais e de oitivas de responsáveis pela direção da Cruz Vermelha.

A revelação se dá no momento em que duas filiais da Cruz Vermelha Brasileira, mantenedoras de hospitais conveniados com o SUS, foram colocadas sob intervenção: uma em Balneário Camboriú (que administra o Hospital Municipal Ruth Cardoso) e a outra no Rio de Janeiro. Mais de R\$ 2 milhões em bens dos administradores foram bloqueados pela Justiça em razão de supostas fraudes. Segundo o promotor de Justiça Jean Forest de Camboriú, uma terceira filial da CVB pode seguir o mesmo caminho, mas se negou a confirmar que seja a de Curitiba. O presidente da CVB do Paraná, Jerônimo Fortunato Jr., não foi localizado.

10 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

Estudo coloca o Brasil como centro do narcotráfico

SÃO PAULO
Folhapress

O aumento do tráfico e consumo de cocaína no Brasil durante a Copa de 2014 é tema de uma operação conjunta das polícias do Brasil e de países da União Europeia.

O bloco, em estudo apresentado ontem em Madri, na Espanha, situa o Brasil como “o lugar mais importante para o negócio do narcotráfico mundial” atualmente.

“Evidentemente que na Copa o tráfico de cocaína vai aumentar, porque vai haver um trânsito importante de pessoas”, disse o inspetor-chefe da polícia espanhola, Marcos Alvar.

Alvar é coordenador na Europa do Ameripol, projeto no qual polícias da Europa e América Latina trocam informações.

Forças policiais de ambos os continentes trabalham em

operação para conter a entrada de cocaína no Brasil durante os jogos do mundial.

O estudo feito com as informações do projeto diz que Brasil se tornou o epicentro do narcotráfico mundial. Isso porque, diz o documento, o país é refúgio para chefões do tráfico da América Latina em fuga, ponte principal para distribuição de droga produzida continente para a Europa, provedor de produtos químicos para a produção de algumas delas e também agora um importante mercado consumidor.

Novas rotas

Além disso, o país virou a base das grandes novas rotas do tráfico mundial, que, segundo o estudo, passa pela África para seguir à Europa e à Ásia.

No documento, a UE afirma ainda que a Polícia Federal brasileira, apesar de “altamente profissional, tem força limitada, com menos de 8 mil homens, e faltam investigadores criminais no país”. “Falta também um empurrão político”, afirmou Alvar.

O documento alerta também para a fragmentação da entrada de drogas no Brasil. A maior parte das substâncias ilícitas que entram no país, afirma, chega por pequenos meios de transporte, como avionetas, balsas e caminhonetes, vindas da Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia.

CONSUMO

O Brasil passou a preocupar a União Europeia não apenas pela produção e transporte para a Europa, mas agora pelo consumo interno. A maior parte da cocaína que se consome no Brasil, no entanto, é de qualidade ruim, originária da Bolívia, porque a colombiana costuma ir direto para a Europa. Já a maconha consumida internamente vem em maior parte do Paraguai, afirma o documento.

10 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

Janot sinaliza que vai pedir prisão domiciliar para Jefferson

Embora um laudo médico tenha indicado que o ex-deputado Roberto Jefferson pode cumprir sua pena na prisão, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, sinalizou ontem que deve aceitar o pedido do delator do mensalão para cumprir pena domiciliar para se tratar de um câncer no pâncreas. Jefferson foi condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro a sete anos de prisão em regime semiaberto. A pedido do Supremo Tribunal Federal (STF), uma junta médica avaliou a saúde do ex-deputado. De acordo com os médicos, não é imprescindível a sua permanência em casa ou em um hospital. Recentemente, Janot havia recomendado prisão domiciliar a José Genoíno, também condenado no mensalão, apesar de os médicos terem dito que ele poderia se tratar na cadeia. Questionado ontem se teria a mesma postura no caso de Jefferson, Janot respondeu: "Claro". Já Jefferson disse ontem estar "surpreso" com o laudo do Instituto Nacional do Câncer (Inca).

Mensaleiras são levadas a Minas para cumprir penas

A ex-presidente do Banco Rural Kátia Rabello e Simone Vasconcelos, ex-diretora das agências de publicidade de Marcos Valério, foram transferidas ontem de Brasília, onde estavam presas, para Belo Horizonte (MG). Condenadas no processo do mensalão, as duas pediram a transferência e vão ficar detidas no Complexo Penitenciário Estevão Pinto, onde devem cumprir as penas de 16 anos e oito meses e de 12 anos e sete meses de prisão, respectivamente, a que foram condenadas. A transferência para Belo Horizonte foi autorizada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, na semana passada. As duas são mineiras e, assim, ficarão mais próximas de suas famílias.

10 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

Ex-vereador se desculpa por briga

Juliano Borghetti, hoje no governo estadual, admitiu participação na confusão em Joinville, mas alega não ter batido em ninguém

| *Robson Martins, com Folhapress

O ex-vereador de Curitiba Juliano Borghetti, que representou seus eleitores entre 2008 e 2012 eleito pelo Partido Progressista (PP), foi um dos identificados ontem na briga generalizada entre torcedores do Atlético e Vasco na Arena Joinville. Diante da repercussão nas mídias sociais, ele divulgou uma nota oficial admitindo estar na confusão, mas dizendo que estava arrependido. Pediu desculpas.

No texto, Borghetti disse que frequenta jogos do Furacão há 30 anos e que nunca tinha se envolvido em nenhum caso de violência. "Acompanhávamos a partida próximos à divisa entre as torcidas e fomos surpreendidos com a eclosão da confusão generalizada próxima ao local em que estávamos acomodados", afirmou. "Foi uma atitude da qual me arrependo e por isso venho a público pedir desculpas. Reforço, porém, que não agredi ninguém,

nem tampouco sofri qualquer agressão física na situação", acrescentou.

Ele ainda fez questão de ressaltar que, quando era vereador, propôs com outros colegas de casa a lei municipal que obriga o cadastro de torcedores em estádios. "Lamento profundamente o ocorrido [em Joinville]", finalizou. Na selvageria ocorrida na última rodada do Brasileiro, quatro pessoas foram hospitalizadas com lesões graves e três torcedores do Vasco foram presos.

Borghetti tem vínculos com famílias importantes na política paranaense: foi casado com a deputada do Parlamento Italiano Renata Bueno — que é ítalo-brasileira e filha do deputado federal Rubens Bueno (PPS-PR). O ex-vereador também é irmão da deputada federal Cida Borghetti (Pros-PR), presidente do partido no Paraná, que, por sua vez, é casada com o secretário estadual da Indústria e Comércio, Ricardo Barros (PP), um dos principais aliados do governador Beto Richa (PSDB), de quem Borghetti foi comissionado em 2004 quando o tucano era prefeito de Curitiba.

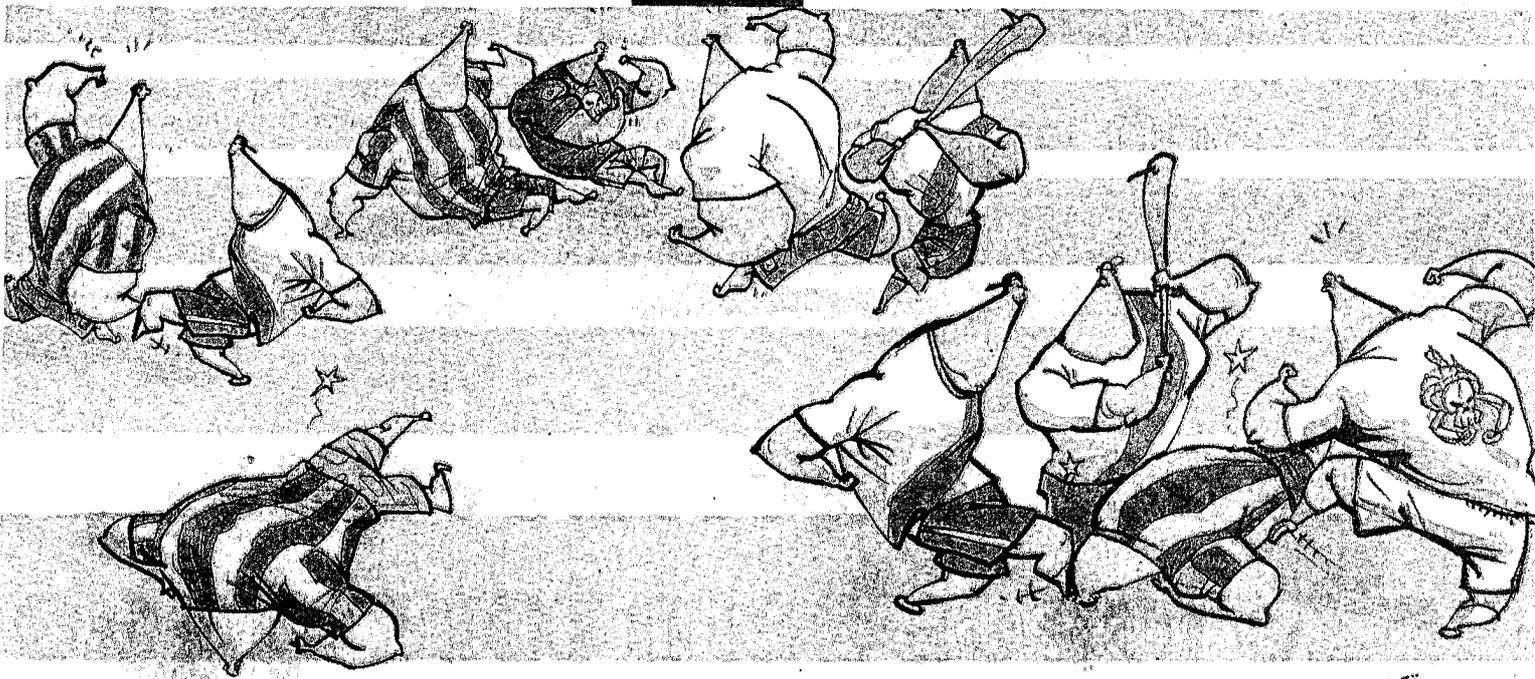
Depois de fracassar na tentativa de reeleição no ano passado, o ex-vereador tornou-se superintendente da EcoParaná, autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Turismo-SETU que gerencia unidades de conservação

do estado.

A assessoria de imprensa do governo do Paraná afirmou no final da tarde de ontem que não se pronunciaria oficialmente sobre o assunto. No entanto, confirmou que a EcoParaná é uma instituição pública com direitos privados e que Juliano Borghetti recebe o salário do governo estadual.

10 DEZ 2013
GAZETA DO POVO

PAIXÃO



GAZETA DO POVO

Eduardo
Aguilar

Perdemos todos nós

No exato instante em que a pancadaria corria solta na Arena Joinville, o ministro do Esporte, Aldo Rebelo, estava confortavelmente sentado ao lado de representantes de organizadas de todo o país em um hotel de São Paulo. Enquanto linchavam torcedores nas arquibancadas, nossa autoridade-mor na área esportiva manifestava “apoio” às tais torcidas — mesmo depois de uma sequência de conflitos envolvendo facções no Brasileirão. Elas, em contrapartida, gentilmente pediram ao ministro a “liberação do uso de bambus” nos estádios.

Parece mentira, mas não é. O escárnio foi publicado em site do governo federal, enquanto a partida entre Atlético e Vasco nem sequer tinha terminado e os torcedores agredidos estavam hospitalizados em estado grave e correndo risco de morte. Nas imagens da briga, o que mais se via nas vestes dos vândalos eram justamente símbolos das organizadas, de ambos os lados.

Depois de cada episódio de violência em estádios, a proibição das organizadas volta à tona. Se esta é a tecla mais batida quando se fala em tentar trazer de volta a paz ao futebol, por outro lado é uma medida que jamais se buscou tirar do papel de fato. Sempre há algum empecilho; sempre se encontra uma brecha burocrática. Em 2009, após a tragédia do Couto Pereira, a Secretaria de Segurança do Paraná pediu a extinção das TOs. O Ministério Público, na ocasião, foi contra. Agora, o Ministério do Esporte manifesta apoio a elas mesmo após uma série de confusões. Uma falta de entendimento absurda. Não se pode garantir que a saída definitiva para o fim da violência nos estádios seja a extinção das organizadas. Mas como saber se não se tentar? Qual é o medo? Paralelamente, urge a instituição de jogos com torcida única. Pegue-se um Athletico como exemplo. Já presenciei clássicos em que dava medo de chegar perto do estádio diante do

10 DEZ 2013

aparato policial — de 500 a 600 policiais, escopetas, armas, viaturas, cavalos, cães raivosos — tudo isso para garantir a presença de mil torcedores visitantes, de um lado ou de outro. E, pior: nem assim conseguem coibir a turba que vai exclusivamente para brigar. É inadmissível que um cidadão precise se submeter a um cenário como esse para ir ao estádio com seus filhos. Criticam a ideia dizendo que vai acabar com a “magia” nos estádios; que torcida única é a “antítese do futebol”. Antítese é a barbárie...

Ou as autoridades se entendem, admitem sua incompetência e agem de verdade ou ficam brincando de tuitar, de dar entrevistas indignadas e de determinar punições que afetam os clubes, mas mantêm impunes os criminosos.

Com esta inoperância, perdemos todos. Nós, como sociedade, e as instituições criadas justamente para fazer com que as coisas funcionem: governo, CBF, Justiça Desportiva, Ministério Público, polícia.

O Brasileirão de 2013, às vésperas da Copa do Mundo, comprovou o fracasso absoluto do sistema atual. É hora de passar a borracha e começar do zero.

10 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

AL e TJ chegam a acordo para manter Funrejus em 0,2%

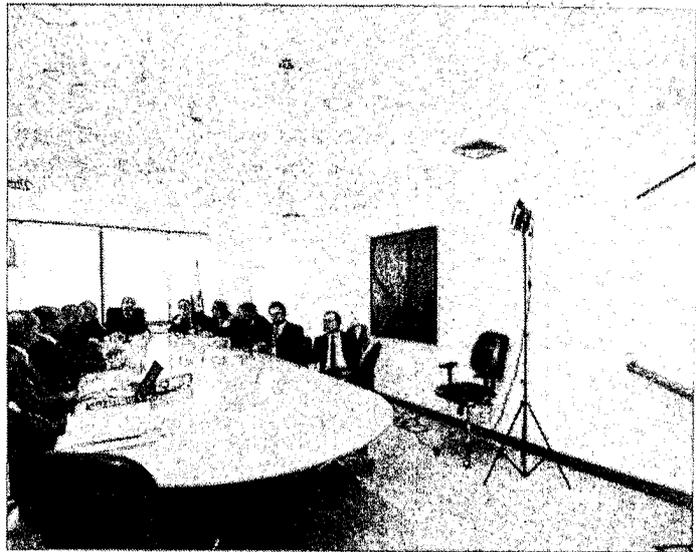
Pressionado, presidente do Judiciário desiste de projeto que reajusta taxas em 50%; mas teto de transações de imóveis deve aumentar

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - A Assembleia Legislativa (AL) do Paraná e o Tribunal de Justiça (TJ) do Estado decidiram ontem, em comum acordo, manter as taxas do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário (Funrejus) em 0,2%. Como contrapartida, porém, o teto relativo ao pagamento, hoje fixado em R\$ 817,90, deve subir para R\$ 1.822,88. Os valores incidem sobre as transações de imóveis e nos atos praticados pelos cartórios e tabelionatos.

A reunião entre os presidentes da AL, Valdir Rossoni (PSDB), e do TJ, Guilherme Luiz Gomes, contou com as presenças dos deputados Ademar Traiano (PSDB), Elton Welter (PT), Wilson Quinteiro (PSB), Tercílio Turini (PPS) e Élio Rusch (DEM). Entidades de classe, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), também participaram das negociações.

Conforme o projeto de lei 638/2012, que chegou no fim do ano passado à AL, a alíquota seria reajustada em 50%, passando para 0,3%. O aumento, no entanto, foi criticado pelos parlamentares,



A reunião entre os presidentes da AL, Valdir Rossoni, e do TJ, Guilherme Luiz Gomes, foi acompanhada por entidades de classe, como a OAB

que o consideravam muito alto. Com o entendimento entre os dois poderes, o TJ enviou ontem mesmo à Casa uma emenda substitutiva geral, formalizando a alteração.

Em nota, o órgão informou que o consenso evitará que as classes de menor renda sejam penalizadas. "Além de o aumento do teto repercutir em apenas 6% dos negócios jurídicos, justamente os de maior valor, as isenções já previstas na lei estadual 12.216/98 permanecerão em vigência, podendo ser feito menção, a títu-

lo de exemplo, aos atos cartoriais relativos a imóveis urbanos, com área construída de até 70 metros quadrados, destinadas à moradia própria ou à constituição de bens de família", diz trecho do documento.

Segundo Rossoni, a expectativa é que a matéria volte ainda hoje à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa, de forma que todas as votações em plenário sejam liquidadas antes do fim do ano legislativo, na próxima semana.

1 0 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

OAB urgente

Cabe à OAB-PR uma ação urgente em cima de dois temas: o reajuste em 50% do Funrejus (ainda ontem o presidente do TJ tratou do tema e expôs suas razões aos deputados) e o acesso pantagruélico, fora do texto constitucional, pelo governo estadual, campeão da prodigalidade, aos depósitos judiciais, o que fere direito líquido e certo de demandantes. A OAB precisa ratificar sua ação anterior que levou o CNJ a interditar a manobra.

Pela lei o acesso pode ser a 40% dos depósitos, mas querem 70% e para tanto mexeram no texto que regula a matéria, induzindo deputados a erro...

1 0 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

INFORME FOLHA

Novo corregedor-geral do MP

O procurador de Justiça Arion Rolim Pereira foi empossado ontem como corregedor-geral do Ministério Público (MP) do Paraná. Ele foi eleito no último dia 20 pelo Colégio de Procuradores de Justiça. Ele entra no lugar do procurador de Justiça Moacir Gonçalves Nogueira Neto. Arion Rolim Pereira ingressou no MP em 1985, como promotor substituto na comarca de Castro. Atuou, também, nas comarcas de Laranjeiras do Sul, Ribeirão Claro, Capanema, Wenceslau Braz, Londrina e Curitiba, onde trabalha desde 1992. Foi promovido ao cargo de procurador de Justiça em 2002. A Corregedoria Geral do Ministério Público é o órgão orientador e fiscalizador de atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público.

PEC promete aperfeiçoar sistema anticorrupção

Curitiba - Um grupo de representantes de entidades da sociedade civil organizada encaminhou ontem à Assembleia Legislativa (AL) do Paraná uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que altera o artigo 78 da Constituição Estadual, criando um sistema de controle interno, para prevenir e combater casos de corrupção. Segundo a justificativa dos autores, o objetivo é "aumentar a eficácia dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência". Participam do grupo órgãos como MP, Ministério Público de Contas (MPC), Controladoria-Geral da União (CGU), Tribunal de Contas da União (TCU), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Observatório Social do Brasil.

**(Mariana Franco Ramos/
Reportagem Local)**

1 0 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

BARBÁRIE EM JOINVILLE

Ex-vereador de Curitiba é flagrado em briga de torcidas

Ex-vereador de Curitiba é flagrado em briga

Curitiba - O ex-vereador de Curitiba Juliano Borghetti (PP), coautor de um projeto de lei durante seu mandato (2009 a 2012), ao qual os torcedores deveriam ser identificados antes de entrarem nos estádios, foi flagrado por fotos em meio à briga entre torcedores do Atlético Paranaense e do Vasco na tarde de domingo, na Arena Joinville, em Joinville (SC), pela última rodada do Campeonato Brasileiro.

As imagens divulgadas não indicam se Borghetti está agredindo ou sendo agredido, mas o colocam no centro da briga. Marido da deputada ítalo-brasileira Renata Bueno, filha do deputado federal Rubens Bueno (PPS), Borghetti é superintendente da autarquia estadual Eco Paraná. Na última semana, ele já havia sido flagrado por uma equipe de TV urinando em uma via pública do Rio, antes da partida entre Flamengo e Atlético-PR, no Maracanã, pela decisão da Copa do Brasil.

Um de seus colegas de plenário, Felipe Braga Cortes (PSDB), lamentou o fato. "Infelizmente é ele (Juliano), não sei o motivo que o levou a isso, tem todo mundo envolvido, não tem classe A, B, C ou D, tinha todo mundo e alguma coisa precisa ser feita", afirmou. (Agência Estado)

MAZZA

Folclore

Pegaram o ex-vereador de Curitiba Juliano Borghetti no agito de Joinville: na verdade poderia até estar tentando conter a fúria dos Fanáticos, a qual pertence. Pior foi no Rio onde a Globo local o flagrou urinando num viaduto. Logo ele, que chefia a Eco Paraná. Vai ecoar na casa do chapéu.

10 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

Prevenção do uso nocivo de álcool entre os jovens

Arthur Guerra de Andrade

Embora existam evidências científicas de potenciais benefícios do consumo de álcool em níveis leves a moderados, principalmente no sistema cardiovascular, o impacto do consumo nocivo na saúde pública é considerável, tanto em termos de morbidade como mortalidade. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), mais de 60 tipos de doenças e lesões estão relacionados direta ou indiretamente ao uso dessa substância, incluindo prejuízos agudos (como acidentes de trânsito) e crônicos (doenças cardíacas, hepáticas e dependência alcoólica, por exemplo).

No Brasil, apesar de ser proibida a venda, a oferta, o fornecimento e a permissão do uso de álcool entre menores de 18 anos de idade, levantamentos nacionais apontam que o consumo de bebidas alcoólicas por adolescentes é realidade bastante difundida. O álcool é a principal substância de abuso entre jovens, sendo que aproximadamente 50% dos jovens com idades entre 12 e 17 anos já fizeram uso na vida. Segundo dados mais recentes da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (Pense), divulgados este ano pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 67% dos escolares do 9º ano do ensino fundamental, com 13 a 15 anos de idade, relataram já ter experimentado alguma bebida alcoólica, sendo que 32% dos adolescentes com idade de 15 anos tomaram a primeira dose com 13 anos ou menos e 22% dos escolares já sofreram algum episódio de embriaguez na vida.

Felizmente, o Brasil tem avançado nos últimos anos em matéria de prevenção e educação. Em São Paulo, por exemplo, um projeto-piloto que realizamos por meio de uma parceria entre as se-

cretarias de Estado da Saúde, Educação e Comunicação, com quase dois mil estudantes de 28 escolas públicas, teve como foco a inibição do consumo de álcool por menores de 18 anos. A principal estratégia foi utilizar os próprios jovens como protagonistas no desenvolvimento de intervenções e na disseminação das mensagens de prevenção aos seus pares – afinal, quem melhor para falar com os jovens senão eles mesmos? Com o sucesso alcançado, a ideia é expandir o projeto para toda a rede estadual.

Em paralelo ao trabalho de prevenção com os jovens menores de 18 anos de idade, é preciso investir em intervenções para outra população ainda

mais exposta ao álcool: os universitários. Neste caso, em que a maioria já tem a idade mínima para comprar bebidas alcoólicas, é preciso prevenir no sentido de que o consumo em níveis leves a moderados não progrida para um uso de risco.

De maneira geral, ferramentas têm sido desenvolvidas para prevenir o uso precoce do álcool, bem como os prejuízos decorrentes do uso nocivo, tanto para o bebedor como para a sociedade, como é o caso do endurecimento da chamada "Lei Seca". Contudo, é importante frisar que ações isoladas ou implementação de novas leis não poderão resolver esse sério problema enquanto a população também não se envolver e apoiar. Apenas com um trabalho em conjunto,

que contemple governantes, pais e familiares, profissionais da saúde, academia, educadores, instituições privadas e a sociedade como um todo, poderemos nos aproximar de uma solução eficaz para esse desafio que permeia o Brasil e o mundo.

Apenas com um trabalho em conjunto poderemos nos aproximar de uma solução eficaz para esse desafio que permeia o Brasil e o mundo



ARTHUR GUERRA DE ANDRADE
é presidente executivo do Centro de Informações sobre Saúde e Álcool (Cisa)

10 DEZ 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Assembleia e TJ chegam a acordo e não haverá reajuste

A Assembleia Legislativa e o Poder Judiciário debateram em reunião conjunta, na manhã de ontem, e decidiram que não haverá aumento da alíquota que incide sobre as transações de imóveis e nos atos praticados pelos cartórios de protestos de títulos, registro de imóveis e tabelionatos, relativa ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário (Funrejus).

A reunião entre o presidente do Legislativo, deputado Valdir Rossoni (PSDB), e o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Guilherme Luiz Gomes, contou com a participação dos deputados Ademar Traiano (PSDB), Elton Welter (PT), Wilson Quinteiro (PSB), Tercílio Turini (PPS) e Élio Rusch (DEM). Entidades de classe, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), também participaram.



Judiciário e Legislativo do Estado chegaram a um acordo

10 DEZ 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO

Mais de R\$ 22 milhões negociados na JF da 4ª Região

Ao final da semana, 8.500 pessoas foram atendidas em mais de 3 mil audiências

A última sexta-feira (6/12) marcou o encerramento das atividades da Semana Nacional da Conciliação na Justiça Federal da 4ª Região. Desde o dia 2, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), juntamente com os Centros Judiciários de Soluções de Conflitos e Cidadania (Cejuscons) e varas federais do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná se mobilizaram, promovendo acordos e solucionando milhares de processos judiciais. A semana de mutirões é uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça.

Os resultados parciais da iniciativa incluem mais de 3400 audiências realizadas e de 8500 pessoas atendidas em 74 unidades dos três estados. Além disso, R\$ 22.500.095,00 foram negociados em mais de 1500 acordos fechados.

Apenas no Rio Grande do Sul, foram mais de 5 milhões de reais negociados em 229 acordos obtidos nos mutirões das cidades de Porto Alegre, Canoas, Carazinho, Palmeira das Missões, Capão da Canoa, Santa Maria, Novo Hamburgo e Santa Rosa.

Contando com parcerias da Justiça com instituições como a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), foram pautados processos de matérias relacionadas a créditos comerciais, contratos do

Sistema Financeiro de Habitação (SFH), gratificações de servidores públicos, auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, pendências com conselhos profissionais entre outros.

Mesmo com o esforço concentrado durante os últimos cinco dias, a promoção e o incentivo das práticas conciliatórias fazem parte do cotidiano da Justiça Federal da Região Sul durante o ano todo. De acordo com dados do Sistema de Conciliação (Sistcon) da 4ª Região, mais de 41 mil audiências foram realizadas desde janeiro de 2013.

10 DEZ 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Relator nega recurso de ex-presidente da Transbrasil em processo contra Istoé

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luis Felipe Salomão rejeitou recurso de Antonio Celso Cipriani, ex-presidente da Transbrasil, em ação movida contra o Grupo de Comunicação Três, editor da revista Istoé, e um jornalista. O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), revertendo a sentença, havia isentado a ré e o jornalista redator da matéria do pagamento de indenização por danos morais em razão de reportagem considerada ofensiva pelo empresário.

Para o TJSP, a matéria tinha natureza descritiva e informativa, “inserida entre aquelas que devem ser suportadas por alguém que ocupou alto cargo em companhia aérea cuja quebra foi capaz de despertar o interesse público e repercutiu efeitos em âmbito nacional”.

Cipriani entrou com agravo

na tentativa de que seu recurso especial contra a decisão do TJSP fosse analisado pelo STJ.

Disse que a matéria jornalística publicada teria extrapolado os limites da narrativa e expressado “juízo de valor depreciativo, ao apresentar redação dúbida do envolvimento de Cipriani em transações proibidas, nada se comprovando sobre os fatos”.

Segundo o acórdão do TJSP, a reportagem faz uma comparação entre a influência do atentado terrorista de 11 de setembro na queda de rentabilidade da aviação comercial no mundo e, de outro lado, a responsabilidade do então presidente da Transbrasil no pedido de falência da companhia. Entre os trechos tidos como ofensivos pelo empresário, há um que diz que “Cipriani quebrou a empresa para ficar milionário”.

TRF4 confirma acesso de veículos de turismo ao Parque Iguaçu

A 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) confirmou na última quinta-feira (5/12) a decisão liminar proferida em outubro pelo desembargador Cândido Alfredo Silva Leal Júnior, que permitiu o acesso de veículos de turismo no Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná, até o dia 29 de dezembro deste ano. Leal Júnior havia suspenso decisão de primeira instância que anulava

a Portaria 163/2013 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) por entender que o plano de manejo não estaria sendo cumprido devidamente pelo ICMBio.

Após a anulação da Portaria pela 2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu, que regravava o plano de manejo do parque e por consequência a entrada de veículos, o ICMBio recorreu no tribunal. A 4ª Turma concluiu

que é melhor a existência do plano de manejo, ainda que esteja sendo questionada a sua modificação, do que a ausência de regras para exploração do parque até que se chegue a um denominador comum.

A ação questionando a regularidade da Portaria 163/2013 foi movida pelo Ministério Público Federal, que alegava o descumprimento do plano de manejo ao permitir a entrada de veículos.

1 0 DEZ 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

Menina de 4 anos é tirada de casa e abusada no mato

Fernanda Deslandes e Giselle Ulbrich
fernandad@tribunadoparana.com.br
giselleu@tribunadoparana.com.br

Uma menina, de apenas 4 anos, foi retirada de casa e violentada na tarde de sábado, em Quatro Barras. A vítima está internada no Hospital Angeli-na Caron, em Campina Grande do Sul e a polícia procura pelo suspeito, que foi preso em 2007, por estupro, em São José dos Pinhais, e solto no ano seguinte. O delegado Osmar Feijó aguarda resultado da perícia para pedir a prisão temporária do homem, de 37 anos.

O pai procurou a delegacia por volta das 16h30. Ele contou que dava almoço para a filha,

quando o ex-marido da mulher que ajuda a família nas tarefas domésticas e nos cuidados com a menina invadiu a casa. O pai contou a Feijó que o homem cobrou os R\$ 70 do mês, dizendo que ia viajar com a ex-mulher e precisava do dinheiro, e ele concordou em adiantar o pagamento. Antes de pegar a quantia, passou rapidamente no banheiro, mas, quando voltou à sala, a menina e o homem haviam sumido. A mãe e o outro filho não estavam em casa.

Buscas

A Guarda Municipal e a Polícia Militar passaram a ajudar o pai nas buscas pela filha. De bicicleta, ele percorreu várias ruas, até que o funcionário de uma

pizzaria avisou que viu a criança sair de um matagal, entre a casa da família e a delegacia, no centro de Quatro Barras. A menina desmaiou assim que alcançou a rua. A vítima tinha ferimentos pelo corpo, e contou que foi violentada pelo homem.

Ontem, a ex-mulher do suposto estuprador foi ouvida na delegacia e negou ter pedido ao ex-marido buscar o dinheiro. Como é usuário de drogas, acredita-se que queria comprar entorpecentes. Médicos informaram ao delegado que não houve penetração na menina, mas a região genital está inchada, diferente do normal. As roupas da criança e a jaqueta do autor foram encaminhadas à perícia.

BEM PARANÁ

KARLOS
KOHILBACH

10 DEZ 2013

Ex-vereador pede desculpas

O ex-vereador de Curitiba e atual superintendente do EcoParaná, Juliano Borghetti, falou ontem sobre a confusão generalizada que tomou conta da Arena Joinville, durante o jogo entre o Atlético Paranaense e o Vasco. Torcedor do rubro-negro do Paraná, Borghetti foi flagrado no meio dos brigões. Em nota, ele diz que não agrediu ninguém, nem tampouco sofreu qualquer agressão física. Conta que acompanha a partida próximo à divisa entre as torcidas e foi "surpreendido com a eclosão da confusão generalizada próxima ao local em que estávamos acomodados". Na nota, Borghetti afirma que "foi uma atitude da qual me arrependo e por isso venho a público pedir desculpas". Na foto em que ele aparece não é possível saber se o ex-vereador deu socos e pontapés na torcida adversária. Nas imagens das câmeras de televisão, no entanto, é possível ver Borghetti correndo em direção à torcida do Vasco. Mas, por enquanto, em nenhum momento o ex-vereador foi visto agredindo alguém ou sendo vítima dos brigões. Por fim, ele ressalta que quando vereador, propôs, em conjunto com outros colegas, a lei municipal que obriga o cadastro de torcedores em estádios. "Lamento profundamente o ocorrido", encerra Borghetti.

METRO

Ex-vereador diz que não brigou

O ex-vereador de Curitiba, Juliano Borghetti, identificado nas fotos da confusão nas arquibancadas em Joinville, afirma que não se envolveu na briga. "Fomos surpreendidos com a confusão. Reforço porém que não agredi ninguém, nem tampouco fui agredido. Frequento os jogos do Atlético-PR nos estádios há 30 anos e nunca me envolvi em nenhuma briga", disse.

10 DEZ 2013

BEM PARANÁ

Corrupção

Uma comissão formada por representantes do Ministério Público, Observatório Social do Brasil (OSB), da Controladoria Geral da União (CGU) no Estado, Tribunal de Contas da União (TCU), Ministério Público de Contas, Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná (OAB/PR) e entidades integrantes do G7 – grupo que reúne associações, federações e entidades do setor produtivo no estado, como a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) — aproveitaram ontem o dia internacional contra a corrupção para propor a inclusão da Assembleia Legislativa na discussão para criação de mecanismos de prevenção e combate à corrupção no Estado, uma vez que algumas proposições nesse nível necessitarão de nova legislação ou de emenda à Constituição. A comissão entregou um projeto de emenda constitucional (PEC) e pretende aumentar a eficácia dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência previstos na Constituição.

Andadores

Justiça suspende comercialização no País

A Justiça no Rio Grande do Sul decidiu liminarmente suspender a comercialização, em todo o país, de andadores infantis. Ainda cabe recurso à medida, que foi tomada em ação civil pública elaborada pela SBP (Sociedade Brasileira de Pediatria). De acordo com a SPB, no ano passado, 850 crianças de 7 a 15 meses receberam atendimento médico emergencial por acidentes em andadores, sendo 60% delas com lesão na cabeça. Em julho deste ano, o Inmetro realizou testes com todas as marcas de andadores produzidas no Brasil e reprovou todas elas.

1 0 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Inépcia e descaso em jogo

Os cariocas Gabriel Ferreira e Diogo Cordeiro, ambos de 29 anos; e os paranaenses Estevão Viana, de 24, e William Batista, de 19, este com o crânio fraturado, sobreviveram por pouco de uma briga na Arena Joinville, domingo. Nenhum deles foi vítima inocente do conflito entre torcedores do Vasco da Gama, do Rio, e do Atlético Paranaense na última rodada da série A do Campeonato Brasileiro de Futebol. Afinal, eles atravessaram todo o espaço vazio que separava as torcidas de seus times para evitar conflitos e partiram em direção aos adversários como uma tribo de bárbaros atacando seus piores inimigos. O resultado foi mais um espetáculo de selvageria. Mas os quatro personagens não são os únicos responsáveis pela briga que os levou ao hospital.

O clube de Curitiba era o mandante do jogo. Não pôde, porém, realizá-lo em seu próprio estádio por causa de outra briga similar em rodada anterior na capital paranaense. Em obediência à punição decretada pelo Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD), recebeu os cariocas a mais de 100 quilômetros de sua sede. A diretoria do Atlético foi informada de que, conforme consenso entre o Ministério Público (MP) e a Polícia Militar (PM), sendo o jogo um evento particular, a segurança dos torcedores seria responsabilidade exclusiva do clu-

be anfitrião. Este é que teria de contratar agentes de empresa privada para cuidar da torcida, limitando-se a PM a garantir a integridade física das estrelas do espetáculo: jogadores, árbitros e outros profissionais com acesso ao gramado. Foi providenciada extensa área sem torcedores para evitar choque entre rivais numa disputa nervosíssima, em que o mandante disputava vaga na Libertadores e o visitante tentaria evitar o rebaixamento para a série B.

Numa medida de economia desproporcional aos lucros obtidos pelos clubes em bilheteria de jogos; publicidade e, sobretudo, direitos de transmissão, apenas seis – três de um lado e três de outro – agentes de segurança foram encarregados de evitar que uma torcida agredisse a outra. Bastaram 17 minutos de bola rolando para que ocorresse a briga, com chutes na cabeça de rivais e o emprego de barras de ferro arremetidas do estádio. O jogo foi interrompido e os policiais tiveram de intervir para evitar mortes e transportar os feridos da batalha em helicópteros para o hospital.

O MP divulgou nota oficial garantindo que nada tinha a ver com a decisão da polícia de restringir seu trabalho ao gramado. E o comandante do 8.º Batalhão da PM de Joinville, coronel Adilson Moreira, filosofou: “Estava tudo dentro da normalidade, mas isso (*a briga*) já ocorreu em diversos estádios. Se houvesse policiamento, ocorreria da mesma forma”. E

transferiu toda a culpa para o clube, que poderia ter pago à PM catarinense, que cobra regularmente para dar segurança ao público em eventos privados.

Da mesma forma como ocorre com os vândalos feridos, não há inocentes em tragédias como a de domingo. O ministro do Esporte, Aldo Rebelo, emitiu nota oficial informando que o governo federal vai procurar o Conselho Nacional do Ministério Público para “discutir um entendimento comum” sobre a atuação da PM em estádios.

Na verdade, o MP nada tem o que fazer na prevenção da violência nos estádios, assunto restrito à autoridade policial. E o Estatuto do Torcedor já determina que torcedor violento seja obrigado a comparecer a uma delegacia duas horas antes de um jogo de seu time lá ficando até duas horas depois. Dependendo da gravidade do delito praticado, o vândalo pode até ser preso. A lei já existe há mais de dez anos e em 2009 o ex-presidente Lula da Silva e o antecessor de Rebelo no Ministério do Esporte, Orlando Silva, anunciaram uma ação mais dura contra torcedores briguentos, cambistas e outras pragas nacionais, além de cadastro de torcidas, venda de ingressos em casas lotéricas e monitoramento por câmeras. As mudanças do Estatuto foram feitas principalmente para coibir brigas em estádios. Se a polícia não abre inquérito, o MP não denuncia e a Justiça não condena tais delinquentes, só pode ser por inépcia e descaso.

10 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Testemunhas acusam Ustra de sequestro

Coronel é réu em 1º processo no País por crimes cometidos na ditadura; militar não foi à audiência

Pedro Venceslau

No primeiro processo do Brasil em que agentes da ditadura militar são levados ao banco dos réus e confrontados com testemunhas de acusação em uma ação criminal, três ex-presos políticos afirmaram ontem, em audiência no Fórum Criminal de São Paulo, que o coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra participou de crimes de sequestro e tortura durante o regime.

A audiência foi realizada para ouvir as testemunhas do desaparecimento de Edgar de Aquino Duarte, que figura desde 1973 nas listas de desaparecidos políticos durante o regime militar (1964-1985). Ele foi detido ilegalmente em 1971 e levado para as dependências do Destacamento de Operações Internas do 2.º Exército (DOI-Codi), chefiado pelo então Major Ustra. A ação penal ajuizada pelo Ministério Público Federal contra os ex-agentes é de sequestro, já que até hoje Edgar é considerado desaparecido, pois seu corpo nunca foi encontrado.

Brilhante Ustra alegou problemas de saúde e não compareceu – mas lá estavam os outros dois réus da ação penal pelo sequestro de Edgar, os delegados Alcides Singillo e Carlos Alberto Augusto, este conhecido com “Carteira Preta”.

Antes do início da audiência, Carlos Augusto bateu boca com

Comissão diz ter reunido provas de assassinato de JK

● A Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, em atividade na Câmara Municipal de São Paulo, anunciou que vai divulgar hoje um relatório no qual diz ter evidências de que o ex-presidente Juscelino Kubitschek foi assassinado. O documento, de 29 páginas, promete apresentar “90 indícios, testemunhos, contradições, controvérsias e questionamentos” levantados para concluir que JK foi morto em 22 de agosto de 1976, e não vítima de um acidente automobilístico na Rodovia Presidente Dutra. Na ocasião, o motorista do ex-presidente, Geraldo Ribeiro, também morreu.

“Não temos dúvida de que Juscelino foi vítima de conspiração, complô e atentado político”, afirma o vereador Gilberto Natalini (PV), presidente da Comissão Municipal da Verdade. A reunião do colegiado será realizada na Câmara Municipal. / P.V.

ex-presos políticos que estavam presentes no plenário. “Não dá para aguentar estes presos tirando sarro”, reclamou ele em voz alta, o que lhe valeu uma repreensão pelo juiz Hélio Egidio Nogueira, que comandava a sessão. Entre os presentes à audiên-

cia estava Ariovaldo Padilha, membro da Comissão Nacional da Verdade e pai do ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

Tortura. Em seu depoimento, José Damião Trindade, que militou na Aliança Libertadora Nacional (ALN), relatou que Ustra estava presente quando ele foi torturado por militares na sede do DOI-Codi. Ele também confirmou ter convivido com Edgar Duarte na prisão. Outra testemunha, Artur Machado Sciavone, também ex-membro da ALN, afirmou ter sido agredido pelo próprio coronel. “Ustra me deu um tapa de mão fechada na orelha que me provocou problema de audição.”

Sciavone relatou, ainda, que Ustra fazia visitas regulares aos presos trajando uniforme e exibindo medalhas militares. O ex-militante também afirmou que Ustra sabia que Edgar estava preso no DOI-Codi. Edgar Duarte era fuzileiro e foi expulso das Forças Armadas por se opor ao golpe militar de 1964. Era amigo de José Anselmo dos Santos, o Cabo Anselmo, que também foi fuzileiro, se opôs à ditadura, mas acabou sendo cooptado pelo regime e tornou-se agente infiltrado em grupos de esquerda. O Ministério Público Federal suspeita que Edgar foi sequestrado, em 1971, porque poderia pôr em risco o trabalho de espionagem de Cabo Anselmo, com quem chegou a dividir apartamento no centro de São Paulo.

‘Heróis nacionais’. Na saída da audiência, o delegado Carlos Alberto Augusto afirmou que Brilhante Ustra e o ex-delegado Sérgio Paranhos Fleury são “heróis nacionais”. Do lado de fora da audiência, um grupo de militantes simpáticos aos réus empunhava faixas com dizeres: “Fora Comissão da Mentira” – em referência à Comissão Nacional da Verdade, criada pelo governo federal para apurar crimes da ditadura –, e “Dr. Carlos Alberto, o Brasil agradece sua colaboração”. Não havia manifestantes contra a ditadura.

10 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Reitor da USP torna-se réu em ação por improbidade

Rodas teve defesa prévia rejeitada pela Justiça; ele terá de explicar contratos de doações e uso de verba de gabinete em panfletos. O reitor da Universidade de São Paulo (USP), João Grandino Rodas, terá de responder por supostos contratos ilegais e uso de verba de gabinete para promoção pessoal em uma ação de improbidade proposta pelo Ministério Público Estadual (MPE). Ontem, a defesa preliminar do reitor foi rejeitada. Com isso, ele se tornou réu no processo e poderá ter de pagar R\$ 3.354.996 ao Estado. Além disso, fica passível de multa, penas de cassação de direitos políticos e perda de função pública.

A acusação do MPE foi revelada pelo Estado em setembro. Cabe ainda recurso contra a decisão, dada pelo juiz Domingos de Siqueira Frascino, da 11.ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

O contrato foi firmado quando Rodas era diretor da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em 2009. Trata-se de um acordo de doação de R\$ 1 milhão a um auditório, feito pela família do banqueiro Pedro Conde, ex-aluno do curso.

A contrapartida da faculdade era que o local tivesse o nome de "Sala Pedro Conde", o que depois acabou não sendo cumprido, por causa das críticas da comunidade universitária. A família conseguiu na Justiça, em 2012, reaver o dinheiro dado à USP. Segundo o MPE, Rodas também aceitou doações para reforma de uma outra sala, que teria o nome do escritório Pinheiro Neto.

Outra irregularidade que também faz parte da cobrança da Promotoria seriam os gastos com panfletos contra o diretor Antonio Magalhães Gomes Filho, seu sucessor na Faculdade

de Direito. Conforme o promotor Antonio Silvio Marques, autor da ação, o gabinete do reitor fez 6 mil exemplares, a R\$ 5.319,61.

Na época em que a ação foi proposta, o reitor declarou que os contratos não foram ilegais. "Muito pelo contrário, só houve benefícios para a USP", afirmou. A impressão dos boletins foi justificada por ele como uma publicação voltada a diferentes câmpus da universidade e, naquela edição, o alvo era a Faculdade de Direito.

'Expediente burocrático'. A reportagem procurou o advogado de Rodas, mas não houve resposta até a noite de ontem. A Reitoria diz que a decisão de rejeitar a defesa é "mero expediente burocrático".